

~~Guarany Wesley da Silva Sousa~~

Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Itauva,
do dia vinte e oito de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco,
às dezesseite horas, reuniram-se no Plenário da Câmara Municipal de
Itauva, Estado do Piauí, os membros desta casa, situada na Travessa
Marcos Gomes, cento e cinquenta e seis, sob a presidência do
vereador Leandro de Sousa Campos e demais vereadores: José Ailton,
Gomes da Silva, Maria do Socorro Cipriano Pereira Saraiva, Moisés
Bezerra Lima Filho, Onésio Wagner Amorim Andrade, Raimundo
Alves dos Santos, Wesley da Silva Sousa, Hudson Pereira Brasil e
Almeida Ferreira Lima. O Presidente inicia dando os cumprimentos
a todos na primeira sessão extraordinária do ano e apresenta o
novo assessor jurídico, Dr. Thales. Antes de iniciar a tratar das matérias
a serem discutidas nesta sessão, o presidente autoriza a secretária
a fazer a leitura da sessão anterior, que foi aprovada por todos os
presentes. Em seguida, o presidente comunica sobre os projetos enviados
pelo Executivo para esta casa e que, para dar início, colocou a
matéria que trata do desmembramento da Controladoria - Geral do município
de Itauva. O presidente ressalta que os projetos foram enviados
para todos os vereadores no grupo do Whatsapp, como também no
privado, e que, se alguém tivesse alguma dúvida ou precisasse de
alguma cópia, os servidores da casa estavam à disposição. Em
seguida, o presidente autoriza a secretária a fazer a leitura do
projeto nº 030/2025 do projeto de lei complementar nº 604/2025, que

desmembra a Controladoria-Geral do município da lei complementar 482/2017 e moderniza a estrutura organizacional conforme disposição contida nessa lei e dá outras providências para aprimorar a governança e transparência na administração pública. O presidente coloca a matéria em discussão e abre a palavra para os colegas vereadores. Em seguida, o vereador Oresino fala que é o órgão fiscalizador de controle interno, onde ele não está atrelado à estrutura administrativa. Então, nessa estrutura administrativa é de dois mil e dezessete e não previa a Controladoria como órgão interno. A gente entende que já vinha pecando muito, devido à Controladoria ser o órgão de fiscalização, inclusive tem que ser um funcionário efetivo e preencher alguns requisitos para ocupar o cargo. Diante isso, o excelentíssimo senhor prefeito Osvaldo Andrade enviou a esta casa e requereu a urgência para que a gente vote (aprove) digo, aprove o desmembramento da Controladoria do município da estrutura organizacional. O vereador Moisés Lima, cumprimenta a todos, disse que a gente tem que acompanhar as demandas, como diz o vereador Oresino, e as leis que nos conduzem a fazer tudo que é mais correto, entende que a Ouvidoria e a Controladoria-Geral são órgãos de controle interno e que tem que ser desvinculados da estrutura administrativa, só que ela está aparecendo na estrutura que ora vão votar. Inclusive, como a estrutura administrativa foi protocolada primeiro, seria votada primeiro, mas ela pede para que seja revogada a lei nº 482, que é a lei que está desmembrando a Controladoria-Geral do município dessa lei complementar nº 482, que foi criada por esta casa. Mas ela continua na estrutura em planejamento de cargos e salários da estrutura administrativa. O vereador Oresino disse que leu o projeto nº 604/2025 e que, dentro do projeto, já traz a sua estrutura organizacional, onde prevê seu funcionamento, seu andamento e também os cargos que compõem a Controladoria, quando for votar o projeto nº 612/2025, que reorganiza a estrutura administrativa do município, a gente vai estar pedindo para ser revogado, porque, quando se tratar do projeto da Controladoria, ela tem uma lei específica que a regulamenta. Em seguida, passa a palavra para o vereador Moisés. O vereador Moisés fala que, com a revogação dos capítulos que têm as atribuições da Controladoria-Geral,

seguem também dados bastantes em todos os conselhos nos tabelas em anexos que fazem jus a complementar a Controladoria-Cyral, que são cargos de controlador-geral, que é o cargo que tem a mesma função de secretário municipal; o diretor de departamento de auditorias, que é cargo em comissão; o diretor de departamento de normas técnicas, também em comissão; e o assessor operacional, que vai diminuir em toda a estrutura administrativa. O presidente coloca em votação o projeto que trata sobre o desmembramento da Controladoria Municipal da lei complementar n.º 604/2025, que revoga o projeto n.º 482/2017. O projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes. Em seguida, o presidente coloca em discussão o projeto de lei enviado pelo Executivo, de n.º 603/2025, que reorganiza a estrutura administrativa e organizacional do município de Itauva e revoga integralmente as leis complementares n.º 661/2015 e n.º 482/2017 e outras providências. Com a palavra, o vereador Onésio disse que o Executivo viu a necessidade da reorganização da estrutura administrativa, buscando otimizar o serviço prestado para a sociedade de Itauva, devido à nossa estrutura administrativa ser lei de dois mil e quinze barra dois mil e dezesseis, de dez anos atrás. Itauva já tinha um organograma onde trazia a estrutura administrativa dos secretários, e o código novo busca revogar a figura do chefe de gabinete e trazer a Secretaria Municipal de Governo. O chefe de gabinete tinha a qualidade de um secretário. Desmembra a Secretaria de Meio Ambiente da Agricultura. O Executivo trouxe a extinção e execução de alguns cargos, e pede a aprovação para que venha a melhorar o funcionamento da máquina pública para a população itauverense. O vereador Moisés disse que já foi votada a estrutura administrativa em outras oportunidades, já criaram secretarias e outros cargos em outras ocasiões e agora têm a oportunidade de fazer uma só estrutura, para que as leis fiquem compiladas em um só projeto. Entende a criação da Secretaria de Governo, quando (extingue) digo, extingue a assessoria parlamentar, que até esse ponto não traz prejuízo ao município. Entende o desmembramento da Secretaria de Meio Ambiente da Secretaria de Agricultura por vários projetos futuristas que existem no nosso país e, em especial, no nosso estado, e, como consequência disso, as leis que foram aprovadas ao final do ano passado podem fazer com que algum recurso respingue

No nosso município, beneficiando o nosso povo. Mas há uma discrepância muito grande quando se trata da quantidade de pessoal da estrutura administrativa anterior para a estrutura administrativa que ora estão discutindo. Na estrutura administrativa anterior, havia em torno de setenta e poucos cargos, com alguns cargos que seriam ocupados por funcionários públicos, como diretores de escola e supervisores. Temos uma (despesa) digo, despesa atual que chega em torno de trezentos e setenta e dois mil reais, que vai cair na Secretaria de Administração, além dos encargos sociais e algumas gratificações vii que o servidor que trabalha na folha de pessoal tem o salário de dois mil reais, e automaticamente, já recebe uma gratificação que ficaria em torno de três mil. Então, já poderia ser colocado logo o valor total na portaria, para que ficasse mais fluente. Encontrou diferenças em tabelas e citou as diferenças encontradas, e vê com preocupação a quantidade de diretores operacionais, pois ainda não viu as funções deles. A estrutura aumentou em torno de cinquenta funcionários, além dos que aumentaram em outros departamentos. E, quando se trata de uma secretaria que venha trazer projetos e benefícios para o município, nem ele nem sua bancada serão contra, o presidente, faz uma ressalva, disse que a estrutura administrativa está sendo organizada para que o município possa trabalhar. Mas, quando se cria um cargo, não quer dizer que ele será necessariamente ocupado, e sim que, se necessário for, o Executivo poderá fazer a contratação. O vereador Hudson cumprimenta a todos e fala que, observando a estrutura administrativa, percebe que ela precisa de uma atualização. Faz uma observação sobre o termo de autorização de licitação, dizendo que a estrutura administrativa foi feita antecipadamente e que só no dia vinte e oito de janeiro foi publicado o termo. Questiona se a casa assumirá a responsabilidade, sabendo que, se foi publicado nesta data, é notório que ainda não houve contratação. O presidente responde dizendo que estão ali para tratar da matéria em pauta e que esse tema não cabe na discussão. Pede aos demais colegas que debatam a matéria e afirma que, se o vereador Hudson achar que (algo) digo, há algo errado, que tome as devidas providências, mas que é necessário seguir tratando da matéria em pauta. O vereador Hudson disse que poderia ser extado esperar o extrato ser publicado e seguir com os

trâmites no andamento normal, pois qualquer pessoa pode questionar e anular o ato. Em seguida, dirige a palavra ao vereador Oresino, questionando se, mesmo votando a matéria, ela pode ser questionada e vir a ser anulada devido ao fato de ter ocorrido a publicação da autorização de licitação de uma empresa que está sendo contratada ao mesmo tempo em que o projeto em pauta está sendo votado. O vereador Oresino disse não ter conhecimento dessa publicação e explicou que a reforma foi analisada desde o dia primeiro de janeiro, quando o prefeito convocou seus secretários para elaborar o projeto e falar sobre os benefícios que a lei traz. Agora, com a reorganização da estrutura, tudo se unifica em um único corpo, fazendo parte dentro dessas leis a criação de todos os fundos, como o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, quanto às gratificações, não existia uma lei especificando as gratificações concedidas no município. O prefeito escolhia como seguir, e esta lei agora faz essas especificações, trazendo benefícios para o município. O vereador Moisés dirige a palavra ao líder da situação, dizendo que continua uma discrepância sobre onde vão alojar alguns assessores, pois, em uma tabela, há um número e, na outra, um número diferente de assessores. É necessário encontrar essa diferença tanto nos cargos de chefe de divisão quanto nos diretores, pois, em algum lugar, haverá sobre ou falta em alguns dos órgãos. O presidente fala sobre a parte questionada em relação ao Controlador e explica que não é necessário revogar a parte da estrutura administrativa referente a ela. Isso porque já foi votado o projeto da Controladoria, no qual os cargos e salários foram criados. Na estrutura organizacional, quando se trata da Controladoria Geral do Município, apenas se especifica que a lei diz, uma lei específica e que não cria cargos. A criação de cargos ocorreu somente na lei anterior, que já foi votada, e, portanto, a estrutura administrativa atual não está criando nem criando novos cargos. Dando continuidade, o presidente coloca em votação o Projeto de Lei Complementar nº 603/2025, que reorganiza a estrutura administrativa e organizacional do município de Houerira e revoga integralmente as leis Complementares nº 661/2015 e 482/2017, além de outras providências. Votaram a favor os vereadores Almeida Lima, Wesley Sousa, Oresino Andrade, Ailton Gomes, Leandro Campos e Socorro Cipriano, ressaltando que o projeto é muito importante, pois aprimora

a gestão pública e assegure a prestação de serviços de qualidade no município, além de ter interesse público e não privado. O vereador Moisés levou a favor, ressaltando que apóia a mudança da estrutura administrativa, mas é contra a criação dos cargos de assessores operacionais. O vereador Raimundo de Holanda seguiu a decisão do líder das oposições, e o vereador Hudson votou contra. Assim, o projeto foi aprovado. Em seguida, o presidente coloca em pauta mais um projeto enviado pelo Executivo em caráter de urgência: O projeto do Lei nº 602/2025, que autoriza o Poder Executivo Municipal de Haveria a contratar operação de crédito com o Banco do Brasil e dá outras providências. Explica que o projeto visa trazer melhorias para o município, pois há previsão de que, quando a conta for paga, o município terá uma grande economia no valor que atualmente é desembolsado, tornando-o um projeto relevante. O vereador Inesino afirmou que o projeto da energia fotovoltaica é muito importante e citou alguns órgãos do governo federal e estadual, além da Câmara Municipal, que já utilizam essa tecnologia. Diante isso, pediu à bancada que aprovasse o projeto para que o município se adequasse à realidade atual. O vereador Moisés disse que, por se tratar desse pedido, considerava a adesão ao uso de painéis de energia solar uma medida positiva, visto que essa é uma tendência para a utilização de energia limpa. No entanto, ressaltou que é necessário um esclarecimento maior e um levantamento detalhado sobre quanto o município gasta atualmente com energia e qual o investimento necessário para que o projeto seja plenamente executado. Acrescentou que já vem insistindo no questionário do Equatorial devolver o recurso ao município, em vez de apenas realizar descontos. Destacou que está cansado de recusa e que, desde a criação da COB (digo, COSIP), é preciso encontrar um acordo para que a Equatorial faça essa devolução. Resaltou ainda que esse dinheiro não pertence à Equatorial, mas sim ao povo, que paga pela iluminação pública, um serviço coletivo que beneficia a população transita naqueles espaços. Disse que não especifica de onde serão tirados os recursos para pagamento e que isso não está esclarecido, podendo as pessoas procurar e questionar. O vereador Inesino disse que o município fez um estudo, no qual constatou o necessário para atender à demanda do município seria em

torno dois milhões. Para cumprir o prazo do empréstimo, seriam
 cem meses, com um período de carência de três anos. (Informou) disse,
 informou que o município gasta entre setenta e oitenta mil reais
 por mês e que, com a aprovação desse projeto, teria como contri-
 buir para atender à demanda, aproveitando o período de carência
 para elaborar um planejamento financeiro para arcar com as
 prestações. Explicou ainda que os orçamentos subsequentes contem-
 plariam o pagamento e que haveria uma economia em torno de
 quinhentos mil reais por ano. Nesse período de carência, o município
 economizaria quase um milhão de reais por ano. Nesse período aplicar
 esse valor em estradas, hospitais e outras áreas essenciais, trazendo
 grandes benefícios. O vereador Hudson pediu que fosse consultado
 o assessor jurídico a respeito dos artigos 30 e 31 do Regimento Interno
 desta Casa, que determinam que, para autorizar a abertura de crédito
 adicional, é necessário criar uma comissão representativa para
 analisar o processo, inclusive o (projeto) disse, projeto. O vereador
 Mesinas pediu licença ao assessor jurídico e respondeu citando o
 artigo 85, que estabelece que a urgência dispensa exigências de
 interstícios ou formalidades regimentais na tramitação e instrução
 do processo legislativo. O vereador Hudson questionou se havia
 um esboço formulado para ser analisado. O vereador Mesinas explicou
 que, na realidade, a administração pública precisava apresentar essa
 proposta formatizada, o que se poderia ser feito por meio de uma lei
 específica, e que esperava que esta casa aprovasse o projeto. Informou
 ainda que, em uma reunião com a direção geral do Banco do
 Brasil, em Teresina, o prefeito fez uma simulação. O vereador Ramundo
 de Kilda cumprimentou a todos e questionou a partir de quando o
 empréstimo começaria a ser cobrado. O vereador Mesinas explicou
 como se daria o processo administrativo junto ao Banco
 e, posteriormente, o processo de licitação. O vereador Ramundo voltou a
 questionar sobre o prazo de pagamento do empréstimo e como os
 gastos seriam reduzidos. O vereador Mesinas novamente explicou como
 se daria o processo licitatório e ressaltou que a implantação das
 placas solares é rápida. Comentou que esse projeto já deveria

Ter sido votado anteriormente, pois o município já sofreu com cortes de energia em outras gestões. Disse que, com a aprovação do projeto, isso não voltará a acontecer, pois o município passará a produzir sua própria energia. Com a palavra, o vereador Wesley Sousa cumprimentou a todos e afirmou que o projeto segue uma tendência nacional, citando órgãos estaduais que já adotaram essa prática. Destacou que estão ali para apoiar essa iniciativa da prefeitura, pois enxergam a proposta com bons olhos.

Acreditou que há uma inclinação e um desejo de aderir a essa prática inovadora, que traz resultados positivos para o município, tanto do ponto de vista estrutural quanto da organização financeira. O presidente colocou o projeto em votação, sendo aprovado por unanimidade. Em seguida, colocou em pauta o Projeto de Lei nº 601/2025, que dispõe sobre a atualização dos vencimentos dos servidores da Câmara Municipal de Itauvira.

Explicou que se trata de um projeto votado anualmente e que não altera a estrutura administrativa criada em dois mil e dezesseis. Destacou que a atualização dos vencimentos se faz necessária, pois alguns estavam abaixo do salário mínimo, o que não é permitido por lei. Informou ainda que o reajuste da servidora Jozana para dois mil e vinte quatro horas por dois mil e vinte cinco será realizado, pois, no ano passado, não foi possível devido ao ano eleitoral, e, por isso, não entrou em pauta. O presidente colocou o projeto em votação, sendo aprovado por unanimidade. Com a palavra, o presidente deu as boas-vindas aos novos parlamentares, Hudson e Almeida, e solicitou que os colegas vereadores apresentassem nomes para a votação do título de cidadão itauvirense, a fim de que a decisão fosse tomada na próxima sessão. O vereador Mesinas solicitou também

que fosse realizado um estudo para que os vereadores indicassem nomes para nomear as ruas que ainda não possuem denominação, não havendo mais ninguém interessado em fazer o uso da palavra, o presidente declarou encerrada a sessão. Plenário da Câmara Municipal de Itauvira do dia vinte e oito dias de janeiro de dois mil e vinte e cinco.



